

AÇÕES AFIRMATIVAS E A PRESENÇA INDÍGENA NA PÓS GRADUAÇÃO BRASILEIRA

CAPELÃO, Carolina Gianichini
SILVA, Sylvia Caroline Lino
BONIN, Iara Tatiana
ULBRA – RS

Introdução:

A pós-graduação brasileira é marcada por imensas desigualdades étnico-raciais, sendo ainda amplamente majoritária a presença de estudantes brancos. Embora já tenha se passado quase dez anos desde a Edição da Portaria Normativa nº 13/2016 do Ministério da Educação que dispõe sobre a indução de Políticas de Ações Afirmativas voltadas para negros, indígenas e pessoas com deficiência na Pós-Graduação, em universidades públicas brasileiras, ainda são escassas as análises sobre essas medidas e suas formas de implementação. Conforme Venturini e Feres Júnior (2020) há uma dispersão de informações, o que demanda esforço de sistematização. O presente trabalho discorre sobre o desenho geral das políticas de ações afirmativas, em vigor em 35 universidades federais brasileiras, considerando as resoluções universitárias e os Editais para seleção de candidatos.

Objetivo

O objetivo é analisar o traçado geral das ações voltadas ao ingresso de estudantes indígenas em cursos de Mestrado e Doutorado em Educação de universidades federais brasileiras, considerando as modalidades adotadas, a caracterização das vagas e os critérios de definição do perfil dos candidatos.

Metodologia

A metodologia é quanti-qualitativa, e envolveu o rastreamento, seleção, organização e análise de Resoluções universitárias e Editais de seleção para ingresso de indígenas em cursos de Mestrado e Doutorado de universidades federais brasileiras, divulgados entre 2019 e 2020. Como critérios de seleção, considerou-se: a representatividade regional, sendo escolhidas sete universidades de cada região brasileira, a existência de resolução específica sobre ações afirmativas na universidade e, ainda, a existência de um programa de pós-graduação em Educação na instituição. Foram selecionadas 35 universidades, sete de cada região geográfica brasileira, rastreando-se e analisando-se as resoluções universitárias e os Editais para seleção de candidatos aos cursos de Mestrado e Doutorado em Educação. Os dados foram tabulados, organizados em tabelas e, a partir de uma sistematização, foram construídos os eixos de análise.

Conclusões:

A análise mostra que, em relação à caracterização das vagas e das formas de comprovação, a autodeclaração é estratégia principal para acessar as vagas reservadas, mas são variáveis as formas de validação da pertença indígena: algumas instituições requerem do candidato documento comprobatório de identidade indígena (RANI); documento declaratório de liderança(s) da comunidade a qual o candidato está vinculado. Conclui-se, ainda, que são constituídas diferentes modalidades de oferta de vagas, sendo a maioria voltada à reserva de um montante de vagas total ofertado anualmente no programa de pós-graduação, mas há também a abertura de vagas suplementares, com processos seletivos distintos. Assim, as ações em curso respeitam diferenças regionais, institucionais e resguardam a autonomia universitária.

Referências:

VENTURINI, Anna Carolina; FERES JÚNIOR, João. Política de ação afirmativa na pós-graduação: o caso das universidades públicas. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 50, n. 177, p. 882-909, jul./set. 2020.
BRASIL/MEC. Portaria Normativa n. 13 de 11 de maio de 2016. Publicado em: 12/05/2016. Edição 90, Seção: 1, Página: 47
DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Ed.). *The Sage handbook of qualitative research*. sage, 2011